

# Emenda vincula recursos para a Educação

## FHC oferece apoio a Cuba contra bloqueio

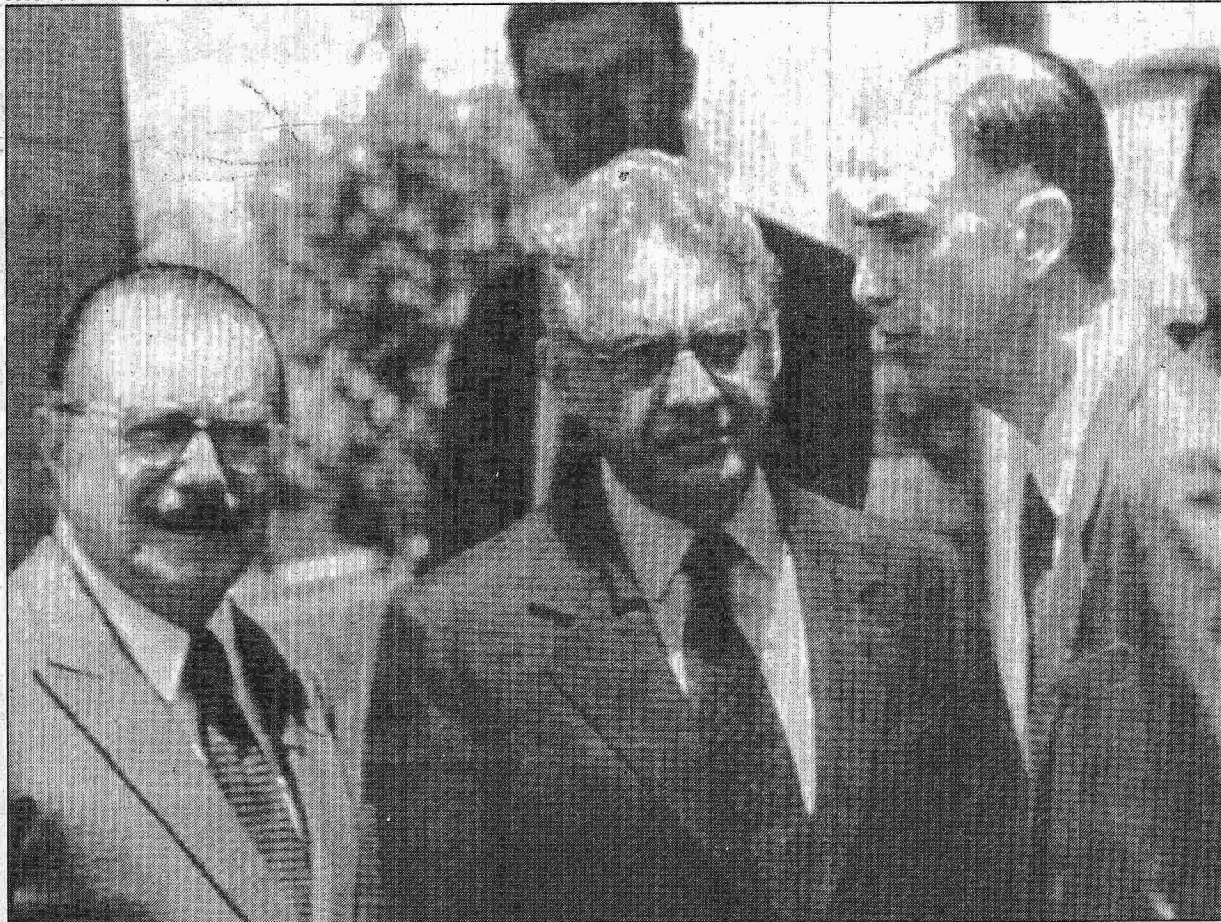
O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou ontem a Bariloche, na Argentina, para participar da 5ª Cúpula Ibero-Americana. Hoje, Fernando Henrique encontra-se reservadamente com o presidente cubano, Fidel Castro, a quem oferecerá seu apoio contra o bloqueio americano.

A questão do embargo comercial dos Estados Unidos contra Cuba é o principal tema a ser discutido na conferência, que reunirá chefes de governo e de Estado dos países latino-americanos, além de Espanha e Portugal.

Fernando Henrique embarcou ontem às 14h10 para a Argentina, partindo da Base Aérea de Brasília, onde transmitiu o cargo ao vice-presidente, Marco Maciel. Antes do embarque, conversou reservadamente com Maciel, que o conduziu até as escadarias do avião presidencial.

No momento de entrar na aeronave, o presidente, num ato de gentileza, cedeu a vez ao senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado.

José Paulo Lacerda/ AG Estado



Na Base Aérea, ao lado de Sarney, Fernando Henrique passou a faixa presidencial ao vice Marco Maciel

O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ontem proposta de emenda constitucional garantindo ao ensino de primeiro grau no mínimo 15% da receita tributária dos estados e municípios.

A emenda cria nova vinculação para as verbas orçamentárias de estados e municípios relativas à Educação, obrigando-os a aplicar parte desses recursos no ensino básico.

Dos 15% vinculados, pelo menos 60% (ou 9% da receita total) terão que ser gastos com salários do magistério, medida que visa induzir governadores e prefeitos a aumentar a média salarial dos professores.

Em alguns municípios do Nordeste, os professores ganham menos do que o salário mínimo. "Há municípios que pagam R\$ 30, R\$ 40 e R\$ 50 mensais por quatro horas de aula", disse Fernando Henrique, no Palácio da Alvorada, ao assinar a mensagem ao Congresso, contendo o proposta de emenda constitucional.

Atualmente os estados e municípios estão obrigados a destinar 25% da receita à Educação. Mas não há regras quanto à distribuição dos recursos entre os diversos níveis de ensino nem por tipo de gasto.

Além de dar prioridade ao ensino fundamental, a emenda também fixa critérios que permitirão uma melhor distribuição das verbas entre os municípios de um mesmo estado.

Isto porque o percentual mínimo de 15% não será aplicado levando-se em conta cada governo estadual ou prefeitura separadamente. A aplicação do dinheiro será globalizada, no âmbito de cada estado, de forma a garantir um nível mínimo de gasto médio por aluno.

"Nós vamos fazer com que, em média, em todo o Brasil, haja um dispêndio de R\$ 300 por estudante", prometeu Fernando Henrique.

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, também presente, disse que atual falta de critérios permite que algumas prefeituras cumpram o percentual obrigatório de 25% aplicando em atividades correlatas.

Com as mudanças propostas, "os tribunais de contas não poderão mais aceitar a idéia de que pavimentar rua em frente de escola é gastar com educação", exemplificou. Também estiveram no Alvorada o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o vice-presidente, Marco Maciel.